

PRONTIDÃO ESG NA AGRICULTURA FAMILIAR DE MINAS GERAIS: PROPOSIÇÃO METODOLÓGICA COMO SUBSÍDIO À CALIBRAÇÃO TERRITORIAL DA AGENDA ESG

Pedro Romero Souza da Silva¹; Prof. Dr. Pablo Murta Baião Albino²

¹ Universidade Federal de Viçosa. pedro.r.souza@ufv.br.

² Universidade Federal de Viçosa. pablo.albino@ufv.br.

Resumo: Embora a agenda ESG (Environmental, Social and Governance) avance nas cadeias agroalimentares brasileiras, sua implementação é desigual, negligenciando as especificidades da agricultura familiar. Essa lacuna é especialmente relevante, pois a presença de práticas pontuais não assegura capacidade institucional, técnica e organizacional para adesão. Nesse sentido, o presente estudo propõe e testa um método de estimativa da "Prontidão ESG" — definida como a capacidade relativa de um território para sustentar a incorporação do referencial ESG. A pesquisa, de natureza aplicada, quantitativa, descritiva e correlacional, utilizou como piloto o estado de Minas Gerais, partindo de dados do Censo Agropecuário 2017, extraídos do SIDRA/IBGE para 441.829 estabelecimentos familiares distribuídos em 852 municípios. O método foi estruturado a partir de sete variáveis *proxy* distribuídas nos pilares ambiental, social e de governança, contemplando práticas conservacionistas, uso de agrotóxicos, acesso à assistência técnica, associativismo, formalização via CNPJ, acesso à DAP e ao crédito rural. Elas foram padronizadas por *z-score*, agregadas em escores por pilar e concatenadas na composição do escore global de prontidão ESG. Complementarmente, foram calculados *gaps* normalizados por dimensão, classificação em quartis e análise de robustez pelo procedimento *Leave One Variable Out* (LOVO), além da integração do índice com variáveis de perfil dos produtores familiares por meio de correlações. Os resultados evidenciaram a forte heterogeneidade territorial. Os municípios de alta prontidão concentraram 28,8% dos estabelecimentos familiares do estado, enquanto os de baixa prontidão reuniram 19,5%. A governança foi o principal pilar deficitário em 61,6% dos municípios, indicando que formalização, documentação e acesso a instrumentos financeiros constituem entraves centrais à consolidação da agenda. Observou-se associação positiva entre maior participação de lavouras permanentes e maior prontidão ($r=0,34$), bem como associação negativa de semelhante módulo entre predominância da pecuária e os escores do índice ($r=-0,35$). A análise LOVO confirmou a estabilidade do indicador, com correlações entre 0,92 e 0,98 nas versões recalculadas a partir da exclusão individual de cada uma das variáveis. Os achados demonstram que a metodologia proposta, se construída a partir de variáveis aderentes às particularidades do recorte analisado, pode fornecer base analítica para o diagnóstico territorial, especialmente em contextos alcançados predominantemente por dados censitários. Conclui-se, portanto, que a principal contribuição do estudo não está em mensurar diretamente o desempenho ESG dos estabelecimentos, mas na oferta de uma ferramenta diagnóstica de baixo custo, capaz de auxiliar na orientação de políticas públicas e estratégias privadas, identificando capacidades habilitadoras necessárias para o sequenciamento da agenda ESG em diferentes contextos territoriais.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Prontidão ESG; Diagnóstico Territorial; Governança; Capacidades Habilitadoras.